



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
*Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica*

**PIBIC**

***Relatório Final***

**Bolsistas PIBIC**

<b>Título do Plano de Trabalho do Bolsista</b>	As potencialidades do Pronacampo para a formação de professores do campo
<b>Título do Projeto do Orientador</b>	Da inserção das tecnologias digitais à formação de professores nas escolas do campo: as potencialidades do PRONACAMPO
<b>Nome do Aluno</b>	Gisele da Silva Regis
<b>Nome do Orientador</b>	Maria Helena Silveira Bonilla
<b>Grupo de Pesquisa (opcional)</b>	GEC-Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias
<b>Palavras Chave (até 3)</b>	Pronacampo, Tecnologias digitais e Formação de Professores do Campo
<b>Período de Vigência</b>	Outubro 2012 a Julho de 2013

## Resumo

---

Na contemporaneidade, assistimos ao aumento gradativo de políticas governamentais que tratam da formação dos professores campesinos. Tais políticas, contudo, têm se mostrado insuficientes no que tange à incorporação de concepções e práticas pedagógicas que abordem as tecnologias digitais como estruturantes nos processos formativos desses sujeitos da educação. Em vista disso, nesta pesquisa, intitulada “As potencialidades do PRONACAMPO para a formação dos professores do campo”, buscamos compreender as diretrizes e as formas de operacionalização do programa, assim como seus limites e potencialidades para a formação dos professores do campo para o uso das tecnologias digitais. Para tanto, nossos percursos metodológicos se constituíram da análise dos documentos oficiais acerca do programa, pesquisa documental via internet em sites do governo e de demais instituições

envolvidas com a operacionalização do programa, inclusive dos movimentos sociais que militam pela educação do campo. Além disso, fizemos o acompanhamento no Município de Macarani- Bahia, com objetivo de analisar como e se as ações do Programa chegam aos municípios. Constatamos que, até o momento, o programa não tem sido eficiente no que tange à formação desses sujeitos para o uso das tecnologias digitais, visto que não emergiram ações que garantissem essa formação, além daquelas que já estavam sendo desenvolvidas antes do lançamento do Programa, em 2012, a exemplo das ações do PROCAMPO (que oferece cursos de Licenciatura em Educação do Campo). Os dispositivos digitais, laptops e desktops estão chegando às escolas do campo, mas a maioria dos professores não sabe como lidar com eles. Perpetua-se, assim, nas políticas públicas governamentais apenas a perspectiva de possibilitar o acesso a equipamentos (e ainda a um número restrito de escolas), mas sem articulação com a formação inicial dos professores.

## 1. Introdução

---

Pensar sobre a contemporaneidade não pode estar deslocado das possibilidades e potencialidades que as tecnologias digitais nos apresentam. Estas tecnologias a partir de sua interação com os sujeitos que a ela tem acesso atuam como agregadoras e construtoras de novas relações sociais, novas formas de se comunicar e interagir, aprender, produzir conhecimentos e construir e/ou desconstruir valores.

Os conhecimentos que até então estavam estáticos, presentes somente nas páginas dos livros, estão agora sendo questionados, dialogados e ampliados. O saber não é propriedade meramente de uns poucos privilegiados e sim de quem desejar compartilhá-lo, adquiri-lo, acessá-lo, produzi-lo, e recriá-lo. Dado a este contexto de intensa veiculação das informações e produção de conhecimentos, alguns autores chamam essa efervescência de informações e produções de conhecimentos de Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento. Contudo, não se pode afirmar que essa lógica globalizante atinge a todos indistintamente, visto que muitos se encontram ainda à margem desse contexto. Entre esses excluídos estão os sujeitos camponeses. Povos portadores de culturas peculiares, saberes próprios e que mantêm uma relação estreita com a terra, a natureza, o trabalho e o engajamento político na luta por melhores condições de vida e sobrevivência, mas que lhes vem sendo negado a oportunidade de interagir e produzir neste contexto e de ter acesso a novas formas de linguagem e comunicação, a outras culturas, enfim ao conhecimento acumulado e produzido historicamente pela humanidade.

A negação dos direitos aos povos camponeses se manifesta na ausência de condições adequadas à saúde, renda, moradia e se estendem a outros direitos tais como educação e acesso às tecnologias digitais. Segundo pesquisa, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, em 2011, sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no Brasil, o acesso às tecnologias digitais ainda não alcança uma parcela significativa da população camponesa. Segundo dados da pesquisa, a presença do computador na área urbana (51%) é bastante superior à penetração do equipamento na

área rural (16%). A desigualdade persiste no acesso à internet: “nas áreas urbanas, ela atinge metade da população de 10 anos ou mais (50%), enquanto corresponde a cerca de um quinto nas áreas rurais (18%)”. (CGI, 2011)

No âmbito educacional, na formação de professores do campo, também existem inúmeros problemas que se iniciam nos altos índices de professores sem a formação adequada, visto que o campo tem, no total, 342.845 professores, e destes, somente 182.526 possuem nível superior. Dos 160.319 que não têm ensino superior, 156.190 têm o ensino médio e 4.129 têm o ensino fundamental (BRASIL, 2012a). Perpassam ainda condições precárias de trabalho, baixos salários e falta de infraestrutura das escolas nas quais atuam. O Estudo Nacional sobre a Educação Rural aponta que “a remuneração dos professores do campo é baixa, 66% possuem rendimentos inferiores a dois salários mínimos”. (CNA, 2010. p. 34)

Frente a esta conjuntura apresentada até então, a pesquisa “Da inserção das tecnologias digitais à formação de professores nas escolas do campo: as potencialidades do PRONACAMPO”, realizada no período 2012 - 2013, busca compreender o que o programa traz de avanços ou retrocessos no que diz respeito ao acesso, uso e concepções sobre as tecnologias digitais em relação aos projetos e programas anteriores, ocorridos durante o governo do Presidente Lula, além de verificar quais as potencialidades desse programa para a melhoria da infraestrutura tecnológica das escolas e para a formação de professores do campo.

Para tanto, a pesquisa foi dividida em dois planos de trabalho os quais são: 1-As potencialidades do PRONACAMPO para a inserção das tecnologias digitais nas escolas do campo e 2- As potencialidades do PRONACAMPO para a formação de professores do campo; sendo este relatório responsável pela análise das potencialidades do PRONACAMPO para a inserção das tecnologias digitais na formação de professores do campo.

Buscamos, então, aprofundar estudos a respeito dos seguintes temas: formação de professores do campo, formação de professores para o uso das tecnologias digitais, políticas públicas, tecnologias digitais, a fim de

compreender os limites e potencialidades, bem como a forma de operacionalização do programa, no que se refere à formação de professores do campo para o uso das tecnologias digitais.

Além disso, para o plano de trabalho, outros objetivos foram traçados a fim de orientar as ações e estabelecer percursos que colaboraram para a constituição do trabalho de pesquisa. Dentre eles, destaco: a análise dos dados coletados à luz dos referenciais teóricos selecionados e acompanhamento do programa no Município de Macarani-Ba, o que foi de fundamental importância para percebermos como e se as ações do PRONACAMPO chegam aos municípios.

Não obstante, todo este processo de imersão em um projeto de pesquisa não se daria de forma produtiva sem que houvesse a minha inserção no Grupo de Pesquisa Educação Comunicação e Tecnologias (GEC) da Universidade Federal da Bahia, o qual me possibilitou a oportunidade de dialogar com outros pesquisadores da área. Essa experiência ampliou meus horizontes acerca do que é o ato de pesquisar. Além disso, obtive orientações no que se refere à escrita acadêmica, à exposição oral, à análise dos dados, realizando o confronto com vários referenciais teóricos, no processo de produção de conhecimento científico, o que, certamente, além de ampliar minha visão de mundo e meus conhecimentos acadêmicos, trouxe benefícios que serão essenciais para a escrita de outros trabalhos acadêmicos e, posteriormente, para a escrita da minha monografia.

## 2. Materiais e métodos

---

Para atender aos objetivos propostos na pesquisa e em busca de compreender as diretrizes e as formas de operacionalização do programa e seus limites e potencialidades para a formação dos professores do campo para uso das tecnologias digitais, fizemos a coleta de dados e documentos relacionados ao programa via internet, em sites do governo e das demais instituições envolvidas com as ações do programa, seguida da análise dos dados à luz dos referenciais teóricos estudados, bem como os movimentos sociais que se constituíram em torno do programa. Os documentos analisados foram :

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários da Educação. Programa Nacional de Educação do Campo. Disponível em:<<http://www.consed.org.br/images/phocadownload/pronacampo%20%20dados%20e%20metas.pdf>>. Acesso em: 14 de Nov.de 2012.

BRASIL. Portaria nº 86 de 1 de fevereiro de 2013. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Ano CL - nº 24, Brasília- DF, segunda-feira, 04 fevereiro de 2013,p. 28. Disponível em: <[http://www.lex.com.br/legis\\_24140877\\_PORTARIA\\_N\\_86\\_DE\\_1\\_DE\\_FEVEREIRO\\_DE\\_2013.aspx](http://www.lex.com.br/legis_24140877_PORTARIA_N_86_DE_1_DE_FEVEREIRO_DE_2013.aspx)>. Acesso em: 09 fev. 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Portaria nº 68 de 9 de novembro de 2012. Dispõe sobre a ampliação da participação das escolas do campo no Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo, por meio do Pronacampo. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Ano CXLIX - nº 219, Brasília- DF, terça-feira, 13 novembro de 2012b, p. 24. Disponível em: <[http://www.editoramagister.com/legis\\_23957634\\_PORTARIA\\_N\\_68\\_DE\\_9\\_DE\\_NOVEMBRO\\_DE\\_2012.aspx](http://www.editoramagister.com/legis_23957634_PORTARIA_N_68_DE_9_DE_NOVEMBRO_DE_2012.aspx) >. Acesso em: 21 nov. 2012.

BRASIL. Portaria nº -579, de 2 de julho de 2013. Institui a Escola da Terra. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Ano CL- nº 126. Brasília- DF, quarta-feira, 3 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.semesg.org.br/eficiente/repositorio/semesg/legislacao/2013/Julho/2131.pdf>>. Acesso em: 5 de Jul. de 2013.

Fizemos ainda o acompanhamento do programa no município de Macarani-BA, a fim de sabermos se e como as ações do PRONACAMPO estão chegando aos povos do campo. A escolha desse município se deu pelo fato de uma integrante do Grupo de Pesquisa Educação Comunicação e Tecnologias (GEC) ser professora e atuar na secretaria municipal de educação frente à coordenação de projetos especiais, como técnica.

### **3. Resultados**

---

O campo é marcado por um contexto histórico de descaso e abandono por parte da sociedade e dos poderes públicos. Nas palavras de Bonilla e Halmann:

[...] Historicamente, o que é dado como direito da população em geral tem sido negado à população do campo, que vem amargando os piores índices socioeconômicos, como renda, analfabetismo e acesso às tecnologias, além de essa população ser relegada a uma educação precária, com currículos que não condizem com suas necessidades, com uma infraestrutura deficitária e com professores sem formação adequada [...] (BONILLA; HALMANN, 2011, p.1).

Diante desse contexto, o Governo Federal lançou programas tais como o Escola Ativa, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), entre outros, os quais tinham por objetivo reparar a situação de esquecimento e descaso em que se encontra ainda a população do campo. Mas não só o Estado manifestou preocupação em estabelecer políticas reparadoras, visando atender à população que vive no campo. Os movimentos sociais do campo são os principais protagonistas nesse contexto, ao se unirem e passarem a reivindicar do governo aquilo que lhes é de direito. E um desses direitos a serem garantidos é o direito a uma educação básica de qualidade.

Lançado no dia 20 de março de 2012, pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) emerge nesse

contexto como mais um programa de governo que visa reparar a relação de abandono aos povos do campo.

## **PRONACAMPO**

O Pronacampo foi criado em cumprimento ao Decreto nº 7.352/2010<sup>1</sup>, e tem como objetivos: a melhoria da qualidade do ensino nas escolas do campo, a formação de professores, a produção de material didático específico para a realidade do campo, bem como o acesso e a recuperação de infraestrutura das escolas e qualidade da educação do campo em seus níveis e modalidades. Para tanto, oferecerá auxílio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação de políticas de educação do campo (BRASIL, 2012b).

O Pronacampo baseia suas ações em quatro eixos: I - Gestão e Práticas Pedagógicas, II - Formação de Professores, III - Educação de jovens e adultos/ Educação Profissional e Tecnológica e IV - Infraestrutura Física e Tecnológica. Apesar de ter sido lançado em março de 2012, o Pronacampo somente foi instituído em fevereiro de 2013, através da portaria nº 86, que dispõe sobre o programa e define suas diretrizes, decorrendo assim quase um ano entre seu lançamento e sua instituição enquanto programa.

Com a finalidade de atender aos objetivos traçados na pesquisa, os quais são *compreender as diretrizes e as formas de operacionalização do programa, seus limites e potencialidades para a formação dos professores do campo para o uso das tecnologias digitais*, nos detemos ao eixo II que trata da formação de professores do campo e a análise de uma ação do Pronacampo, o Escola da Terra, que trata da formação continuada de professores camponeses que atuam em classes compostas por alunos de diferentes faixas etárias.

---

<sup>1</sup>Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA



Começamos por traçar um pequeno resgate histórico de como vem se dando a formação de professores no Brasil, situando a formação de professores do campo nesse contexto. A formação de educadores no Brasil, desde sua gênese, que data do período colonial com a educação jesuítica, pautava-se na construção de um modelo único de educador, segundo o qual, ao educador seria garantida uma formação que lhe assegurasse a aquisição de conhecimentos mínimos para o exercício docente. Nesse modelo de formação, desconsideravam-se as singularidades e diversidades de povos e culturas existentes no nosso país.

Diante dessa formação generalista, anulava-se a pluralidade dos povos do campo, perpetuando a perspectiva urbana na formação dos professores camponeses; inclusive, a maioria deles era proveniente das cidades e, por vezes, sem vínculos com a comunidade, pois apenas se deslocavam para ensinar nas escolas rurais (ARROYO, 2012, p. 361). Negavam-se, assim, as especificidades necessárias à formação de um professor camponês, visto que esses sujeitos constroem sua identidade enquanto educadores em tempos-espacos que extrapolam o meio acadêmico, nos movimentos sociais, nas relações de trabalho dos povos do campo, nas suas trocas culturais. Essa realidade exige uma dimensão formativa que possa articular os saberes construídos no cotidiano, os modos de viver dos povos do campo e o conhecimento formal.

Não se trata de assumir uma postura dicotomizante entre os saberes desses povos e os conhecimentos acadêmicos, mas sim de promover uma formação que valorize os saberes do campo e que esteja atrelada ao modo de viver, de ser e de produzir cultura desses povos. Frente a essa necessidade formativa exigida a um professor camponês, o governo lança o PRONACAMPO, cujo eixo II se refere à formação de professores e apresenta suas ações e instrumentos.

Para a formação de professores, o PRONACAMPO inicialmente, apresenta como meta oferecer cursos de Formação Inicial, Continuada e de Pós-graduação. As ações propostas são: oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, expansão de pólos da Universidade Aberta do Brasil -

UAB, cursos de aperfeiçoamento e especialização, financiamento de pesquisas voltadas para o desenvolvimento da educação do campo e quilombola.

Para tanto, apresenta como instrumentos: a Universidade Aberta do Brasil, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, as Instituições de Educação Superior públicas e comunitárias e o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. A rede de formação PROCAMPO (Licenciatura em Educação do Campo), Parfor e UAB, contarão com um total de 149 instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e privadas sem fins lucrativos, espalhadas por todas as cinco regiões do País, sendo que a maioria das instituições são federais e estão localizadas na região sudeste. Com essas ações pretende-se, até 2014, a formação inicial de 45.000 docentes e a formação continuada de 100.000 professores (BRASIL, 2012a).

Tratando-se da formação de educadores do campo, no âmbito do PRONACAMPO, dentre as ações e os instrumentos previstos, apenas o PROCAMPO está em desenvolvimento e objetiva formar professores a fim de que os mesmos atuem nos anos finais da educação básica. Embora tenha sido incorporado ao Pronacampo institucionalmente em 2013, suas formações já estavam em andamento, visto que o programa foi lançado pelo Ministério da Educação em 2008. No que se refere aos demais instrumentos para a formação dos professores do campo, não se tem dados ou documentos que comprovem se a UAB e o PNAES estão, de fato, se articulando com o programa e promovendo essa formação.

O campo tem um índice alarmante no tocante à formação dos professores do campo. Mesmo que as metas propostas para a formação se efetivem, ainda restarão 115.319 professores que continuarão atuando no campo sem formação inicial e 82.526 sem formação continuada.

É preciso destacar ainda que estes dados apresentados acima foram construídos tendo por base o documento de apresentação do PRONACAMPO. Todavia, com a publicação da portaria nº 86, que o institui, é apresentado um novo instrumento para a formação de professores: a Rede Nacional de Formação Continuada - RENAFOR. Inclusive, nesse documento, o Parfor não

foi sequer mencionado, como podemos ver nesse fragmento da portaria que instituiu o programa, em seu art. 6º:

[...] I - a formação inicial dos professores em exercício na educação do campo e quilombola será desenvolvida no âmbito do Programa e Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo PROCAMPO, da Universidade Aberta do Brasil - UAB e da RENAFOR, assegurando condições de acesso aos cursos de licenciatura destinados à atuação docente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio com a possibilidade de utilização da pedagogia da alternância; II - a formação continuada dos professores em nível de aperfeiçoamento e especialização em educação do campo e quilombola, com propostas pedagógicas por áreas de conhecimento e projetos temáticos [...] (BRASIL, 2013a)

O PARFOR se diferencia do RENAFOR porque trata da formação inicial de professores enquanto esse último trata da formação continuada. Embora não se saiba as razões pelas quais o PARFOR não esteja mais incluso como um dos instrumentos para a formação de professores camponeses, pode-se notar que, ao menos levando em conta o que está posto no documento, uma brecha se abre para que a formação específica do professor camponês seja alcançada, ao possibilitar o uso da pedagogia da alternância que mescla períodos em regime de internato nas Instituições de Educação com outros em que o educador está na escola, com sua comunidade, e os cursos de Especialização em Educação do Campo e Quilombola, por áreas de conhecimento e projetos temáticos.

Dentre os instrumentos para a formação dos professores do campo, temos a UAB, que é um sistema integrado por universidades públicas que propõe formação em nível superior para as camadas da população que não têm acesso ao mesmo, usando, para tanto, a metodologia de educação a distância (BRASIL, 2006). O sistema atende prioritariamente aos professores que atuam na educação básica, logo após os dirigentes, gestores e trabalhadores dos municípios, estados e Distrito Federal, mas o público que está fora desses requisitos também é atendido. A UAB não é uma instituição física, suas formações são operacionalizadas por instituições públicas credenciadas.

Contudo, a UAB, com sua metodologia de educação à distância, nos leva a questionar sobre como se dará essa modalidade de formação em um país que ainda possui uma grande desigualdade em relação ao acesso à internet e a posse das tecnologias digitais, como os dados mostrados anteriormente comprovam. Não está posto de forma clara como se dará essa formação, nem se ela atenderá à formação requerida pelos sujeitos que vivem no meio rural, ou se continuará uma perspectiva urbana de formação, visto que as formações em cursos de licenciatura presenciais ou à distância traduzem uma visão urbana de sociedade e de mundo.

Outra ação do programa para a formação dos professores do campo, no âmbito do PRONACAMPO emergiu diante do lançamento da Portaria nº 579, de 2 de Julho de 2013 que institui o programa Escola da Terra. O Escola da Terra é um programa de formação continuada que surgiu em substituição ao programa Escola Ativa que formava professores multiplicadores, técnicos dos municípios, que recebiam a formação do programa, cabendo-lhes, então, multiplicá-los aos professores das classes multisseriadas. De acordo com a portaria nº 579, de 2 de julho de 2013, o Escola da Terra visa:

I- promover a formação continuada de professores para que atendam às necessidades específicas de funcionamento das escolas do campo e daquelas localizadas em comunidades quilombolas; e II- oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas. (BRASIL, 2013b)

De acordo com o MEC<sup>2</sup>, foram selecionadas sete universidades federais para participar do projeto-piloto da Escola da Terra, em quatro das cinco regiões do país, com a oferta inicial de 7,5 mil vagas. As universidades participantes são: a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que ofertará 1,5 mil vagas; Universidades da Bahia (UFBA), do Pará (UFPA), de Pernambuco (UFPE), do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Minas Gerais (UFMG) e do Maranhão (UFMA), com um total de mil vagas cada uma delas.

---

<sup>2</sup> [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18865](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18865)

(BRASIL, 2013c). A portaria aponta ainda que a formação continuada se dará através de:

I - curso de aperfeiçoamento para todos os professores e tutores com carga horária de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas, divididas em dois períodos formativos: aquele de frequência ao curso, denominado tempo-universidade, e aquele dedicado a atividades realizadas em serviço, com o acompanhamento dos tutores, denominado tempo escola-comunidade; (BRASIL, 2013b)

Ao menos tendo por base o que consta na Portaria nº 579, de 2 de julho, será atendido o direito dos professores do campo a uma formação específica, com a confecção de materiais pedagógicos também específicos para a realidade dos povos do campo.

Para além de uma formação específica, os professores camponeses necessitam de uma formação que esteja articulada ao contexto contemporâneo, no qual as TIC são elementos agregadores de novos valores, novas formas de ensinar e aprender, de produzir e compartilhar conhecimentos. As TIC se apresentam como uma possibilidade de superação da dicotomia ainda presente entre o campo e a cidade, visto que elas podem reduzir as fronteiras entre o local e o global, entre o campo e a cidade e promover também a interação e troca entre as diversas culturas. Frente a essa conjuntura que marca a contemporaneidade, os professores, na condição de mediadores do processo de ensino e aprendizagem, não podem estar excluídos desse contexto.

Cabe então ao governo, por meio das políticas públicas, garantir o direito ao acesso às tecnologias aos professores e às escolas camponesas. Contudo, o PRONACAMPO enquanto política pública, até o momento, não se apresentou como uma alternativa eficaz no que se refere à inserção plena desses atores da educação na dinâmica da sociedade contemporânea que inclui o acesso às TIC e à internet como forma de produção de conhecimentos e de culturas.

A portaria nº 68, de 9 de novembro de 2012, prevê a entrega de laptops educacionais em escolas camponesas, no entanto, não prevê qualquer iniciativa para a formação de professores para o uso desses equipamentos. Nessa

perspectiva, é notória a concepção desses programas sobre o papel das tecnologias na educação do campo: limitam-se a oportunizar o acesso aos equipamentos, sem qualquer perspectiva de possibilitar o acesso à internet nas escolas do campo. Essa perspectiva não garante a inserção plena dos sujeitos sociais na cultura digital, pois esta depende de processos de formação de professores que lhes possibilita a participação ativa no contexto das redes enquanto autores da educação.

Somente a partir da intensa vivência nos ambientes digitais é que os professores poderão percebê-los enquanto espaços propícios para a construção de novas e variadas formas de ensinar e aprender que essas tecnologias possibilitam, bem como sua importância e potencialidades para a inserção na cultura contemporânea.

Podemos inferir, com base no que foi exposto acima e no que está posto no programa, que, até o momento, suas ações, no que tange à formação dos professores camponeses, não estão claras. Não encontramos dados ou informações que esclarecessem qual formação será oferecida a esses sujeitos, bem como, até o momento, não emergiram ações que garantissem aos professores do campo a inserção plena no contexto das tecnologias digitais.

#### **4. Discussão**

---

A partir dessa análise inicial do PRONACAMPO compreendemos que é necessário pensar em políticas públicas efetivas voltadas para a educação do campo, que garantam o direito das populações camponesas à educação de qualidade. Para tanto é preciso superar o modelo de políticas públicas brasileiras que historicamente tem-se caracterizado como programas descontínuos de governo.

Percebemos que apesar de propiciar às escolas do campo o acesso às tecnologias móveis, conforme a portaria nº 68 que dispõe sobre a entrega de equipamentos (laptops educacionais), o programa não promove qualquer iniciativa de formação de professores para o uso destas, a fim de que os

mesmos possam constituir cultura digital e promover práticas pedagógicas no qual as tecnologias sejam elementos estruturantes e potencializadores na produção, construção e compartilhamento de conhecimentos.

É necessário investir em formação inicial e continuada dos professores do campo. O programa avança na medida em que oferece formação específica para os professores que atuam diretamente nas escolas no meio rural mas, ao mesmo tempo, utiliza como instrumento a UAB com perspectiva de formação online e à distância, sem disponibilizar o acesso à internet e garantir infraestrutura para que essa formação se efetive.

## 5. Referências bibliográficas (máximo 15)

---

ARROYO, Miguel G. Formação de Educadores do Campo. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 361-367, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Escola da Terra vai oferecer aperfeiçoamento a professor**. Brasília DF. 04 de julho de 2013c. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18865](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18865)>. Acesso em: 7 de jul. de 2013.

BRASIL, Conselho Nacional de Secretários da Educação. Programa Nacional de Educação do Campo. Pronacampo. Ministério da Educação. Brasília, 5 de abril de 2012a. Disponível em: <<http://www.consed.org.br/images/phocadownload/pronacampo%20%20dados%20e%20metas.pdf>>. Acesso em: 14 de Novembro de 2012.

BRASIL, **Programa implementará educação do campo e atenderá 76 mil escolas**. Brasília DF. 20 de março de 2012b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17608](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17608)>. Acesso em: 14 de Nov. de 2012.

BRASIL. Portaria nº 86 de 1 de fevereiro de 2013. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Ano CL - nº 24, Brasília- DF, segunda-feira, 04 fevereiro de 2013, p. 28. Disponível em:

<[http://www.lex.com.br/legis\\_24140877\\_PORTARIA\\_N\\_86\\_DE\\_1\\_DE\\_FEVEREIRO\\_DE\\_2013.aspx](http://www.lex.com.br/legis_24140877_PORTARIA_N_86_DE_1_DE_FEVEREIRO_DE_2013.aspx)>. Acesso em: 09 fev. 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Portaria nº 68 de 9 de novembro de 2012. Dispõe sobre a ampliação da participação das escolas do campo no Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo, por meio do Pronacampo. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Ano CXLIX - nº 219, Brasília- DF, terça-feira, 13 novembro de 2012b, p. 24. Disponível em:

<[http://www.editoramagister.com/legis\\_23957634\\_PORTARIA\\_N\\_68\\_DE\\_9\\_DE\\_NOVEMBRO\\_DE\\_2012.aspx](http://www.editoramagister.com/legis_23957634_PORTARIA_N_68_DE_9_DE_NOVEMBRO_DE_2012.aspx)>. Acesso em: 21 nov. 2012.

BRASIL. Portaria nº -579, de 2 de julho de 2013. Institui a Escola da Terra.

**Diário Oficial da União**. Seção 1. Ano CL- nº 126, Brasília- DF, 2013 ,quarta-feira, 3 de julho de 2013b. Disponível em:

<<http://www.semesg.org.br/eficiente/repositorio/semesg/legislacao/2013/Julho/2131.pdf>>. Acesso em: 5 jul. de 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº. 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Ano CXLIII , nº 110, Brasília, DF, 9 de junho de 2006. Art. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20042006/2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Decreto/D5800.htm)>. Acesso em: 15 dez de 2012.

BONILLA, Maria Helena Silveira; HALMANN, Adriane Lizbehd. **Formação de professores do campo e tecnologias digitais: articulações que apontam para outras dinâmicas pedagógicas e potencializam transformações da realidade**. Revista da Faculdade de Educação UFG - Inter-Ação. Goiânia: Editora da UFG, v.36, nº. 1, P. 285-308, 2011.

CGI. Br , **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2011**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012. Disponível em:<

<http://op.ceptro.br/cgi-bin/cetic/tic-domicilios-e-empresas-2011.pdf>> Acesso em: 16 de Janeiro de 2013.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Estudo nacional sobre educação rural**. Brasília: CNA, SENAR, Instituto CNA, 2010, 53 p.



## ***Relatório Final – Parte II***

### **1. Atividades realizadas no período**

- Levantamento e coleta de documentos relacionados ao Programa Nacional de Educação do Campo;
- Leituras e estudos dos documentos coletados e de bibliografia sobre os temas em foco;
- Análise dos dados coletados à luz do referencial teórico selecionado;
- Elaboração do relatório parcial e submissão;
- Elaboração do relatório final.

### **2. Participação em reuniões científicas e publicações**

- Em relação à pesquisa, concluímos um artigo científico, intitulado “PRONACAMPO: LIMITES E POTENCIALIDADES DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E NAS ESCOLAS DO CAMPO.UMA ANÁLISE INICIAL” que foi submetido ao I Seminário Internacional de Educação do Campo da UFRB e será realizado de 04 à 06/09/2013.
- Participei do III Seminário Integrado De Ensino, Pesquisa e Extensão. Realizada na Universidade Federal da Bahia- UFBA, Faculdade de educação- FACED entre 22 a 25 de Julho d2013, no qual apresentei os resultados da pesquisa que constam nesse relatório.

- Participei como estudante de graduação do ACC - Prática Educativa em EJA e Desenvolvimento Humano, em comunidades tradicionais: as marisqueiras de Passé Candeias. Esta atividade que articula suas ações em três dimensões: formação de estudantes de graduação, intervenção sócio-educacional nas comunidades de marisqueiras e produção de conhecimento, agregando qualificações, habilidades, criatividade e inovação. As ações de cunho sócio-educacional pretendem a criação e cooperação político-pedagógica entre as demandas docentes e discentes da Universidade e as comunidades de marisqueiras enfatizando o empoderamento e a valorização da mulher trabalhadora da pesca na perspectiva da inclusão digital, sustentabilidade, educação ambiental, visando não somente o protagonismo, mas também com o avanço da escolaridade das mulheres. Esse ACC ocorreu durante o período que equivale ao semestre 2012.2. Cursei esse componente curricular a fim de me aproximar dos sujeitos de pesquisas que no caso são marisqueiras, portanto moradoras do campo.

- FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES MULTIPLICADORES DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA-PEA MÓDULO VI - A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NAS ESCOLAS DO CAMPO, realizado em Salvador, no período de 26 a 30 de novembro de 2012, com carga horária de 40 horas. Participei enquanto uma das formadoras.